

Divergência atrasa acordo da dívida

Falta de definição sobre onde vão ficar depositados os US\$ 500 milhões e a remuneração correspondente impedem a conclusão das negociações

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A indefinição sobre qual a instituição financeira onde ficarão depositados os US\$ 500 milhões do pagamento inicial dos juros — retidos desde a moratória — e qual será a remuneração desse depósito era o principal entrave ao fechamento do acordo com os bancos credores, afirmou ontem o presidente do Banco Central, Fernando Milliet. A discussão, segundo ele, estava entre o Federal Reserve Board (o Banco Central norte-americano), e o Bank for International Settlements (BIS), que tem sede na Suíça. Milliet também prevê que o acordo ainda poderá demorar "um ou dois dias".

Foi essa indefinição que levou o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, a adiar uma entrevista coletiva prometida para o meio-dia, para falar sobre as negociações que estão sendo desenvolvidas nos Estados Unidos. Por volta das 13 horas, o assessor de imprensa do Ministério da Fazenda, Francisco Baker, levou um pedido de desculpas aos jornalistas retidos no auditório do Ministério e a informação de que a entrevista estava adiada. "O acordo está praticamente fechado, mas faltam detalhes", disse Baker.

No Congresso, à tarde, o líder do PFL, Carlos Chiarelli, que também preside a Comissão da Dívida Externa do Senado, informava que ainda havia discordância sobre o papel do Fundo Monetário Internacional, que os bancos queriam deixar bem definido no texto do acordo, contra a posição dos negociadores brasileiros,

que descartavam qualquer referência ao FMI. O ministro Bresser Pereira, através de Baker, tinha dito que o FMI não era mais problema. Qualquer que fosse o acerto final, dois pontos já estavam definidos, segundo Baker: não haveria qualquer vinculação entre o acordo com os bancos e o FMI, ainda que o Brasil venha a fazer um acordo futuro com a instituição internacional, e segundo, os bancos se comprometeriam a aceitar uma reestruturação de todo o "pacote" de juros devidos pelo País em 87, 88 e 89, excluída, evidentemente, a parcela de até US\$ 500 milhões que será paga agora.

Hoje o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, depõe na Comissão da Dívida Externa do Senado, onde não encontrará apenas apoio parlamentar para as negociações que o Brasil fará com os credores. Segundo o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), a Comissão também vai opinar e, se for criado um fato consumado, que vá contra as condições estabelecidas por ela, os senadores também farão suas críticas.

O presidente da Comissão, senador Carlos Chiarelli, afirmou ser necessário preservar "o consenso de que no acordo provisório não deverá haver a presença do Fundo Monetário Internacional".



Milliet: mais um ou dois dias

26/05/87

UM NOVO CICLO

O ministro Bresser Pereira prometeu ontem ao presidente José Sarney que dentro de aproximadamente 60 dias a economia brasileira iniciará um novo e duradouro ciclo de estabilização, marcado principalmente pela volta dos investimentos privados nacional e estrangeiros.

O ministro, segundo se informou no Palácio do Planalto, disse ao presidente que não há necessidade de um novo choque na economia, mas apenas de alguns ajustes, de modo a garantir o controle da inflação, que se estabiliza — no mais tardar — em janeiro, devendo apresentar até mesmo tendência declinante.